



**RAFEL
BORBA**

ESQUENTA EDITAL PC PE

EP ESTOU
PREPARADO
CURSOS ON-LINE

PROF^o Rafael Borba



Profrafaelborba

1- CEBRASPE (CESPE) - Policial Penal do Estado (SERES PE)/2022

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é

A abranger a dignidade da pessoa humana.

B construir uma sociedade livre, justa e solidária.

C preparar o pluralismo político.

D incrementar a soberania.

E promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

1- CEBRASPE (CESPE) - Policial Penal do Estado (SERES PE)/2022

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é

A abranger a dignidade da pessoa humana.

B construir uma sociedade livre, justa e solidária.

C preparar o pluralismo político.

D incrementar a soberania.

E promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

CF/88

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

2- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2021

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

A eficácia dos direitos fundamentais não se restringe às relações entre os cidadãos e o poder público.

C Certo

E Errado

2- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2021

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

A eficácia dos direitos fundamentais não se restringe às relações entre os cidadãos e o poder público.

C Certo

E Errado

A eficácia dos direitos fundamentais não se restringe às relações entre os cidadãos e o poder público.

De há muito, o Supremo vem assentando a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, que diz respeito à incidência desses direitos nas relações entre particulares, pessoas físicas e jurídicas e não apenas entre os cidadãos e o Estado (eficácia vertical).

3- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia Judiciária (PC SE)/2021
A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na
Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

As disposições constitucionais definidoras dos direitos e das garantias
fundamentais carecem da atuação do legislador infraconstitucional para a
viabilização dos direitos nelas veiculados.

C Certo
E Errado

3- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia Judiciária (PC SE)/2021
A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na
Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

As disposições constitucionais definidoras dos direitos e das garantias
fundamentais carecem da atuação do legislador infraconstitucional para a
viabilização dos direitos nelas veiculados.

C Certo

E Errado

Art.5 (...)

§1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

4- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2021

Clara, praticante de uma religião de matriz africana, um dia, ao chegar à escola pública em que estuda no Distrito Federal usando um colar de contas típico de sua prática religiosa, foi impedida, pela diretora, de entrar na instituição. A diretora alegou que, ali, não era permitido entrar usando aquele tipo de colar. Na ocasião, a diretora exigiu que a estudante retirasse o adereço para poder entrar no estabelecimento de ensino.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O direito à liberdade de consciência e de crença é considerado um direito fundamental de segunda geração.

- C Certo
- E Errado

4- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Polícia (PC DF)/2021

Clara, praticante de uma religião de matriz africana, um dia, ao chegar à escola pública em que estuda no Distrito Federal usando um colar de contas típico de sua prática religiosa, foi impedida, pela diretora, de entrar na instituição. A diretora alegou que, ali, não era permitido entrar usando aquele tipo de colar. Na ocasião, a diretora exigiu que a estudante retirasse o adereço para poder entrar no estabelecimento de ensino.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O direito à liberdade de consciência e de crença é considerado um direito fundamental de segunda geração.

C Certo

E Errado

Complementando o comentário dos colegas:

Lema da revolução francesa: "Liberté, égalité, fraternité"

1ª Geração: Liberdade

2ª Geração: Igualdade

3ª Geração: Fraternidade

4- CEBRASPE (CESPE) - Escrivão de Polícia (PC PB)/2022

À luz da orientação prevalente no STF acerca da garantia fundamental de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, assinale a opção correta.

A Observado o devido processo legal, a decisão condenatória em segunda instância afasta o princípio da presunção de inocência e abre o caminho para a execução da pena.

B Não é cabível a prisão após julgamento em segunda instância, independentemente de decisão judicial que afirme a necessidade da custódia cautelar.

C Poderá ocorrer a prisão independentemente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bastando a obediência ao devido processo legal, que se cumpre com o esgotamento da matéria de fato nas instâncias ordinárias.

D A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência.

E A prisão para execução da pena só poderá ser determinada após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória; porém, havendo necessidade e fundamentação, a segregação cautelar poderá ser determinada a qualquer momento, mesmo antes da prolação de sentença ou do julgamento do recurso em segunda instância.

4- CEBRASPE (CESPE) - Escrivão de Polícia (PC PB)/2022

À luz da orientação prevalente no STF acerca da garantia fundamental de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, assinale a opção correta.

A Observado o devido processo legal, a decisão condenatória em segunda instância afasta o princípio da presunção de inocência e abre o caminho para a execução da pena.

B Não é cabível a prisão após julgamento em segunda instância, independentemente de decisão judicial que afirme a necessidade da custódia cautelar.

C Poderá ocorrer a prisão independentemente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, bastando a obediência ao devido processo legal, que se cumpre com o esgotamento da matéria de fato nas instâncias ordinárias.

D A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência.

E A prisão para execução da pena só poderá ser determinada após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória; porém, havendo necessidade e fundamentação, a segregação cautelar poderá ser determinada a qualquer momento, mesmo antes da prolação de sentença ou do julgamento do recurso em segunda instância.

5- CEBRASPE (CESPE) - Técnico em Perícia (PC PB)/Área Geral/2022 (e mais 3 concursos)

A liberdade assegurada no caput do art. 5.º da CF deve ser tomada em sua mais genérica acepção, inserindo-se, nessa amplitude normativa, o direito

A ao exercício de culto religioso de caráter presencial coletivo, salvo em casos de adoção, pelo poder público, de medidas restritivas para contenção do avanço de pandemias sanitárias.

B à associação sindical ao servidor público civil e militar, na forma da lei.

C à manifestação de padrões de valoração ética ou moral, independentemente de constituir incitação à discriminação ou à hostilidade.

D à participação das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras no processo civilizatório nacional, desde que em conformidade com as aspirações do grupo social majoritário.

E à reunião pacífica e sem armas, desde que seja comunicada pelos interessados à administração pública, em um prazo mínimo de 30 dias antes de sua realização.

5- CEBRASPE (CESPE) - Técnico em Perícia (PC PB)/Área Geral/2022 (e mais 3 concursos)

A liberdade assegurada no caput do art. 5.º da CF deve ser tomada em sua mais genérica acepção, inserindo-se, nessa amplitude normativa, o direito

A ao exercício de culto religioso de caráter presencial coletivo, salvo em casos de adoção, pelo poder público, de medidas restritivas para contenção do avanço de pandemias sanitárias.

B à associação sindical ao servidor público civil e militar, na forma da lei.

C à manifestação de padrões de valoração ética ou moral, independentemente de constituir incitação à discriminação ou à hostilidade.

D à participação das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras no processo civilizatório nacional, desde que em conformidade com as aspirações do grupo social majoritário.

E à reunião pacífica e sem armas, desde que seja comunicada pelos interessados à administração pública, em um prazo mínimo de 30 dias antes de sua realização.

A liberdade de professar religião em cultos é um direito absoluto?

NÃO, podendo ser temporariamente restringida para assegurar as garantias à vida e à saúde. Com esse entendimento, o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou pedido do Partido Social Democrático (PSD) contra o Decreto 65.563/21, que proibiu atividades religiosas presenciais no estado de São Paulo para conter a propagação do coronavírus.

6- CEBRASPE (CESPE) - Técnico em Perícia (PC PB)/Área Geral/2022 (e mais 3 concursos)

Considerando o disposto na CF e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e tribunais superiores, julgue os itens subsequentes.

I Tendo sido assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo sofrido por pessoa ofendida, afasta-se o direito de indenização por dano material, moral ou à imagem.

II Inclui-se no dever de proteger a vida a obrigação do poder público de resguardar a integridade dos presos que se encontram sob sua tutela ou custódia.

III O princípio constitucional da publicidade autoriza que dados sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais sejam disponibilizados a órgãos de imprensa jornalística.

IV A prática de racismo constitui crime inafiançável e prescritível no prazo de 30 anos, sujeitando-se o autor do fato à pena de reclusão, nos termos da lei.

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B I e III.

C I e IV.

D II e III.

E III e IV

Estão certos apenas os itens

A I e II.

B I e III.

C I e IV.

D II e III.

E III e IV

II Inclui-se no dever de proteger a vida a obrigação do poder público de resguardar a integridade dos presos que se encontram sob sua tutela ou custódia. (CORRETO)

CF/88

Art. 5º (...)

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

III O princípio constitucional da publicidade autoriza que dados sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais sejam disponibilizados a órgãos de imprensa jornalística. (CORRETO)

Veículo de imprensa jornalística possui direito líquido e certo de obter dados públicos sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais. (STJ. 2ª Turma. REsp 1.852.629-SP, em 06/10/2020)

IV A prática de racismo constitui crime inafiançável e ~~prescritível no prazo de 30 anos~~, sujeitando-se o autor do fato à pena de reclusão, nos termos da lei.

CF/88

Art. 5º (...)

*XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e **imprescritível**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;*

7- CEBRASPE (CESPE) - Policial Penal do Estado (SERES PE)/2022

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

A Em regra, mesmo o civilmente identificado deverá ser submetido a identificação criminal.

B Em razão das condições precárias do sistema prisional brasileiro, não é consentido às presidiárias permanecer com seus filhos no período de amamentação.

C A prisão de qualquer pessoa e o local onde ela se encontre devem ser comunicados ao juiz competente no prazo de 24 horas.

D Ninguém será considerado culpado até a confirmação da decisão condenatória em segunda instância.

E O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

7- CEBRASPE (CESPE) - Policial Penal do Estado (SERES PE)/2022

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

A Em regra, mesmo o civilmente identificado deverá ser submetido a identificação criminal.

B Em razão das condições precárias do sistema prisional brasileiro, não é consentido às presidiárias permanecer com seus filhos no período de amamentação.

C A prisão de qualquer pessoa e o local onde ela se encontre devem ser comunicados ao juiz competente no prazo de 24 horas.

D Ninguém será considerado culpado até a confirmação da decisão condenatória em segunda instância.

E O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

e) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Correto: A partir da inteligência do **inciso LXIV do art. 5º da CF/88** é materializado o direito ao preso em ter acesso a identificação daqueles que são responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial.

CF/88

Art. 5º

LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

8- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Criminalística (POLITEC RO)/2022

Em relação aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

A Apesar da liberdade de crença e culto garantida na CF, o ensino religioso em escolas públicas foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por contrariar a laicidade do Estado brasileiro.

B É plena a liberdade de associação para fins lícitos e proibida a de caráter paramilitar, sendo vedada a interferência estatal no seu funcionamento.

C A liberdade de expressão é garantida constitucionalmente, porém não alcança a difusão ou incitação ao crime, tal como em eventual movimento que busque a descriminalização de drogas.

D É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, desde que previstas na CF.

E É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, havendo previsão de que eventual constrangimento a essa liberdade poderá ser sanado por meio da garantia do mandado de segurança.

8- CEBRASPE (CESPE) - Agente de Criminalística (POLITEC RO)/2022

Em relação aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

A Apesar da liberdade de crença e culto garantida na CF, o ensino religioso em escolas públicas foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por contrariar a laicidade do Estado brasileiro.

B É plena a liberdade de associação para fins lícitos e proibida a de caráter paramilitar, sendo vedada a interferência estatal no seu funcionamento.

C A liberdade de expressão é garantida constitucionalmente, porém não alcança a difusão ou incitação ao crime, tal como em eventual movimento que busque a descriminalização de drogas.

D É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, desde que previstas na CF.

E É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, havendo previsão de que eventual constrangimento a essa liberdade poderá ser sanado por meio da garantia do mandado de segurança.

Correto: Segundo o disposto na literalidade da redação do **art. 5º, inciso XVII, da CF/88**, é previsto o direito pleno a liberdade de associação desde que visando **fins lícitos**, sendo **vedada** qualquer associação de **caráter paramilitar**.

CF/88

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

9- CEBRASPE (CESPE) - Policial Rodoviário Federal/2021

Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

A manifestação pública em defesa da abolição de crime, por ser considerada incitação à prática de fato criminoso, não está protegida pela liberdade de reunião.

- C Certo
- E Errado

9- CEBRASPE (CESPE) - Policial Rodoviário Federal/2021

Acerca de direitos fundamentais, garantias e remédios constitucionais, julgue o item a seguir.

A manifestação pública em defesa da abolição de crime, por ser considerada incitação à prática de fato criminoso, não está protegida pela liberdade de reunião.

C Certo

E Errado

O Supremo Tribunal Federal já asseverou que a defesa da descriminalização de condutas, inclusive por meio de manifestações públicas, está amparada pela liberdade de expressão e de reunião. Nesse sentido, o STF deu interpretação conforme a Constituição ao art. 287 do Código Penal, e ao § 2º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, para afastar qualquer entendimento no sentido de que as "marchas da maconha" constituam apologia ao crime.

10- CEBRASPE (CESPE) - Policial Rodoviário Federal/2021

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), do Pacto de São José da Costa Rica e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se seguem, relativos aos direitos humanos.

A mera intuição de que esteja havendo tráfico de drogas em uma casa não configura justa causa para autorizar o ingresso sem mandado judicial ou sem o consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito.

C Certo

E Errado

10- CEBRASPE (CESPE) - Policial Rodoviário Federal/2021

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), do Pacto de São José da Costa Rica e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se seguem, relativos aos direitos humanos.

A mera intuição de que esteja havendo tráfico de drogas em uma casa não configura justa causa para autorizar o ingresso sem mandado judicial ou sem o consentimento do morador, exceto em caso de flagrante delito.

C Certo

E Errado

"a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados". (RE 603.616/RO, Rel. Min. Gilmar Mendes, julg. em 5/11/2015).

11 CEBRASPE (CESPE) - Policial Rodoviário Federal/2021

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), do Pacto de São José da Costa Rica e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se seguem, relativos aos direitos humanos.

O aviso prévio é uma condicionante ao exercício do direito de reunião previsto na CF: a inexistência de notificação às autoridades competentes torna ilegal a manifestação coletiva.

C Certo

E Errado

11 CEBRASPE (CESPE) - Policial Rodoviário Federal/2021

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF), do Pacto de São José da Costa Rica e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se seguem, relativos aos direitos humanos.

O aviso prévio é uma condicionante ao exercício do direito de reunião previsto na CF: a inexistência de notificação às autoridades competentes torna ilegal a manifestação coletiva.

C Certo

E Errado

"A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local"

12- CEBRASPE (CESPE) - Especialista Federal em Assistência à Execução Penal/Enfermagem/2021 (e mais 6 concursos)

À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue o item subsequente.

Suponha que uma pessoa presa em flagrante solicite informações sobre a identidade dos responsáveis por sua prisão. Nessa situação, o fornecimento dessas informações poderá ser recusado, em razão do princípio da inviolabilidade da vida privada.

12- CEBRASPE (CESPE) - Especialista Federal em Assistência à Execução Penal/Enfermagem/2021 (e mais 6 concursos)

À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue o item subsequente.

Suponha que uma pessoa presa em flagrante solicite informações sobre a identidade dos responsáveis por sua prisão. Nessa situação, o fornecimento dessas informações poderá ser recusado, em razão do princípio da inviolabilidade da vida privada.

E
Errado

13- CEBRASPE (CESPE) - Agente Federal de Execução Penal/2021

Agente penitenciário iniciou procedimento visando apurar suposta prática de ato racista, ocorrido dentro do estabelecimento prisional, cometido por um fornecedor contra um detento.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A prática do racismo constitui crime afiançável, sujeito a pena de detenção.

C Certo

E Errado

13- CEBRASPE (CESPE) - Agente Federal de Execução Penal/2021

Agente penitenciário iniciou procedimento visando apurar suposta prática de ato racista, ocorrido dentro do estabelecimento prisional, cometido por um fornecedor contra um detento.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A prática do racismo constitui crime afiançável, sujeito a pena de detenção.

C Certo

E Errado

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

*XLII - a prática do **racismo** constitui crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei;*

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

14- CEBRASPE (CESPE) - Escrivão de Polícia (PC DF)/2021

Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo. Considerando a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

Por não ser residente no Brasil, o referido cidadão norte-americano não poderá suscitar a nulidade de julgamento por ofensa ao devido processo legal, direito fundamental previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

C Certo

E Errado

14- CEBRASPE (CESPE) - Escrivão de Polícia (PC DF)/2021

Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo. Considerando a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

Por não ser residente no Brasil, o referido cidadão norte-americano não poderá suscitar a nulidade de julgamento por ofensa ao devido processo legal, direito fundamental previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

C Certo

E Errado

15- CEBRASPE (CESPE) - Escrivão de Polícia (PC DF)/2021

Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo.

Considerando a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

O crime de tráfico ilícito de entorpecentes é considerado imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

C Certo
E Errado

15- CEBRASPE (CESPE) - Escrivão de Polícia (PC DF)/2021

Determinado cidadão norte-americano em férias em Brasília cometeu o crime de homicídio ao fugir da cena de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, supostamente por ele praticado. Após o crime, ele fugiu para o hotel onde se encontrava hospedado desde que chegou ao Brasil. Cinco minutos após ter adentrado em seu quarto, a polícia invadiu o local e conseguiu prendê-lo.

Considerando a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, a partir da situação hipotética precedente.

O crime de tráfico ilícito de entorpecentes é considerado imprescritível, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

C Certo

E Errado



**RAFEL
BORBA**

ESQUENTA EDITAL PC PE

EP ESTOU
PREPARADO
CURSOS ON-LINE